

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.497.597 - MG
(2019/0127451-6)**

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
EMBARGANTE : SUHAI SEGURADORA S.A
ADVOGADOS : MARIA PAULA DE CARVALHO MOREIRA - SP133065
ANGELICA LUCIA CARLINI E OUTRO(S) - SP072728N
EMBARGADO : MARCUS VINICIUS DE LIMA MAGALHÃES
ADVOGADO : CLAUDIO BITARELLO PERISSE - MG126342N

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por SUHAI SEGURADORA S.A em face da decisão que conheceu do agravo para não conhecer do recurso especial, em razão da aplicação de súmulas de admissibilidade recursal, nos termos do art. 21-E, inciso V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Em suas razões, sustenta a parte embargante que:

Compulsando os autos, verifica-se que o Recurso Especial interposto pelo Embargado foi inadmitido em face do não preenchimento do requisito de admissibilidade do recurso, atinente à sua tempestividade, uma vez que o Embargado foi intimado do acórdão que negou provimento ao Agravo de Instrumento em 15/10/2018 e seu Recurso Especial somente foi interposto em 07/11/2018, sem que tenha sido comprovada a existência de feriado local, no caso, ocorrido no dia 01/11/2018.

Ante a isso, o Embargado interpôs Agravo em Recurso Especial aduzindo que o Recurso Especial deve ser admitido, uma vez que o dia 01/11/2018 foi dia do funcionário público, o que estaria previsto no artigo 81, §2º, IV, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, razão pela qual não seria necessária a comprovação do feriado local pelo Embargado quando da interposição do Recurso Especial.

Sendo assim, foi requerido pela Embargante que fosse negado provimento ao Agravo em Recurso Especial, com a manutenção do r. despacho que inadmitiu o Recurso Especial interposto pelo Embargado, em face da sua intempestividade, que caracteriza erro grotesco e inexcusável, decorrente da não observação da norma processual civil, em especial o artigo 1.003, §6º do Código de Processo Civil.

Requer, assim, o conhecimento e acolhimento dos embargos declaratórios para que seja sanado o vício apontado.

A parte embargada foi devidamente intimada para contrarrazoar estes aclaratórios.

É o relatório. Decido.

Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração destinam-se a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão e corrigir erro material eventualmente existentes no julgado, **o que não se verifica na hipótese.**

Registre-se que "não é o órgão julgador obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos trazidos pelas partes em defesa da tese que apresentaram. Deve apenas enfrentar a demanda, observando as questões relevantes e imprescindíveis à sua resolução. Nesse sentido: REsp 927.216/RS, Segunda Turma, Relatora Ministra Eliana Calmon, DJ de 13.8.2007; e REsp 855.073/SC, Primeira Turma, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, DJ de 28.6.2007" (EDcl nos EDcl no REsp 1642531/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/04/2018, DJe 22/04/2019).

E ainda:

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. PRESSUPOSTOS. AUSÊNCIA. OMISSÃO ACERCA DOS REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA. ANÁLISE DO MÉRITO. JUÍZO IMPLÍCITO DE ADMISSIBILIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Segundo entendimento firmado pela Corte Especial do STJ, é possível a realização de juízo de admissibilidade de forma implícita quando o exame do mérito recursal já traduz o entendimento de que foram atendidos os requisitos extrínsecos e intrínsecos de sua admissibilidade.

2. A agravante não apresenta argumentos suficientes para deconstituir a decisão agravada.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt nos EDcl no AREsp 594.566/MS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 16/02/2017, DJe 07/03/2017)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Os embargos de declaração são cabíveis quando houver, na decisão ou no acórdão, obscuridade, contradição, omissão ou erro material (CPC/73, art. 535; CPC/2015, art. 1.022), sendo inadmissíveis para rediscutir questões tratadas e devidamente fundamentadas na decisão embargada.

2. A omissão somente se verifica quando o julgado, sem examinar a questão colocada sob apreciação judicial, ou mesmo promovendo o

necessário debate, deixa, num caso ou no outro, de considerar aspecto por si só relevante para influir na solução reclamada, o que não ocorre no caso.

3. Tendo o aresto embargado apreciado integralmente a causa, aplicando o direito à espécie, certo é que, ao conhecer e dar provimento ao recurso especial, considerou preenchidos os requisitos de admissibilidade, sendo desnecessária, para tanto, a menção a Súmula não incidente na espécie.

4. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no REsp 1538831/DF, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 01/06/2017, DJe 14/06/2017)

Ressalto, por oportuno, que no presente caso, considera-se que a intimação do ora embargado se deu no dia 16 de outubro de 2018. Isso porque, em razão da regra do novo Código de Processo Civil, considera-se realizada a intimação no dia útil seguinte ao da consulta, que, na espécie, ocorreu no dia 15 de outubro de 2018 (fl. 165).

Assim, iniciando-se o prazo recursal em 17 de outubro de 2018, dia seguinte ao da intimação, contados 15 dias úteis, seu término é no dia 07 de novembro de 2018, data em que efetivamente foi protocolado o recurso da parte embargante (fl. 188/189).

Assim, não há qualquer irregularidade sanável por meio dos presentes embargos, porquanto toda a matéria apta à apreciação desta Corte foi analisada, não padecendo a decisão embargada dos vícios que autorizariam a sua oposição (obscuridade, contradição, omissão ou erro material).

Ante o exposto, **rejeito os embargos de declaração** e advirto a parte embargante sobre a reiteração deste expediente, sob pena de pagamento de multa de 2% sobre o valor atualizado da causa, porque, os próximos embargos versando sobre o mesmo assunto serão considerados manifestamente protelatórios (artigo 1.026, § 2º, do Código de Processo Civil).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de novembro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente